

**Conceição Santamaria: elementos biográficos na construção de um discurso pelo jornal O Estado de S. Paulo (1945-1954)****Carla Lisboa PORTO\***

**Resumo:** A deputada estadual Conceição Santamaria (1908-1989) teve sua trajetória política diretamente ligada à história da hanseníase em São Paulo, bem como a algumas das mudanças nas políticas públicas para os doentes no estado. Neste artigo, investiga-se o discurso construído sobre a deputada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, com base na análise de textos jornalísticos publicados no periódico de 1945 a 1954. Este período compreende sua atuação na Cruz Vermelha até um ano antes do fim de sua segunda legislatura, em 1955. Essas fontes também podem ser vistas como registros da participação da mulher num ambiente, até então, eminentemente masculino, como a política.

**Palavras-chave:** Mulheres no espaço público. Imagem pública. Biografia. Conceição Santamaria.

**Conceição Santamaria: biographical elements in the construction of a discourse by O Estado de S.Paulo newspaper (1945 - 1954)**

**Abstract:** State Representative Conceição Santamaria (1908-1989) had her political career directly connected to the history of Hansen's disease in São Paulo, as well as to some of the main changes in public policies for the patients in the state. In this article, we investigate the discourse constructed about the politician by *O Estado de S. Paulo* newspaper according to articles published from 1945 to 1954 in the periodical. This is the period when she was working for the Red Cross until a year before her second term, in 1955. These sources may also be considered as records for women's participation in an environment so far essentially masculine, like politics.

**Keywords:** Women in public spaces. Public image. Biography. Conceição Santamaria.

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, campus de Assis, Bolsista FAPESP (processo 2013/16028-1). Av. Dom Antonio, 2100, Bairro: Parque Universitário, CEP:19806-900 - Assis, SP. E-mail: mrs.lisboa@gmail.com.

## Introdução

Ao lidar com biografias, seja como objeto seja como fonte histórica, não se pode ignorar as reflexões de Pierre Bourdieu (2000) e Giovanni Levi (2000) sobre seus usos e limitações metodológicas, bem como suas possibilidades de análise. Uma trajetória biográfica, com suas particularidades e desvios, só pode ser compreendida em sua relação com a época e a sociedade em que está inserida. Assim, tem-se contato com as especificidades do indivíduo, de seu contexto e seus vínculos (LEVI, 2000). Deste modo, a narrativa biográfica permite conhecer, ao menos em parte, a mentalidade da época e do grupo social em que viveu o biografado, bem como seus valores e práticas e ainda, suas relações com (e entre) diferentes grupos.

Bourdieu (2000, p. 184) também ressalta a atribuição de um sentido, de uma lógica, “[...] ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis [...]” para a narrativa biográfica. Estas reflexões são importantes na medida em que apontam algumas diretrizes para lidar com a trajetória dos indivíduos e suas relações, que são permeadas pelas conjunturas históricas, em um determinado grupo social. A repercussão destes acontecimentos, bem como as disputas simbólicas entre diferentes grupos sociais, em locais de sociabilidade definidos, não podem ser desconsideradas (SCHWARCZ, 2013).

Tomando-se por base estas primeiras reflexões, serão abordados alguns elementos biográficos de Conceição Santamaria, a fim de compreender melhor o contexto em que estava inserida, bem como as disputas simbólicas nele contidas. Para isso, será considerado o discurso presente em sua autobiografia, *Rua sem Fim*<sup>1</sup>, publicada em 1984, cinco anos antes de morrer. Para além de uma escrita de si, Santamaria apresenta indícios do machismo presente na sociedade em que viveu, e do qual alega ter sido vítima em diferentes momentos: “No dedo de uma mulher esfarrapada, descalça, faminta, ninguém poderá acreditar possa estar um grande e límpido brilhante. O mesmo acontece com as mulheres bonitas: ninguém acredita possam elas ser honestas.” (NEVES, 1984, p. 38)

Numa tentativa de se distanciar dessa visão sobre a mulher, ela buscava ressaltar a honestidade como fator de distinção, em sua narrativa autobiográfica. Descrevia-se como alguém fora de seu tempo, que prezava pela “verdade” e “autenticidade”. Ou seja, o sentido que pretendia dar à sua narrativa biográfica era o de provar sua honestidade como deputada, mas também como mulher. Alguns indícios também levam a supor que buscava o reconhecimento de seu valor por parte da sociedade, apesar de descrevê-la como “torpe” e “hipócrita”.

Ao definir sua honestidade como um *diferencial* e não somente como valor moral, nota-se a tentativa de desvincular-se das várias acusações que recebeu ao longo de sua carreira política. Para criar este discurso de distinção, Conceição Santamaria ressaltara seu valor como indivíduo, além de diversas menções ao machismo e à injustiça sofrida por ela, seja em sua carreira como atriz, seja em outros aspectos de sua vida.

O artista é o boêmio que vive de expediente, sem profissão definida e sem a definida situação financeira. A mulher que se sente ser artista é por eles chamada de prostituta. Como se fossem permitidos a uma bailarina, cantora, pianista ou atriz os dias vadios em casas de chá ou maledicências vomitadas em estúpidas reuniões com rótulos de caritativas, ou ainda, o prazer leviano de beneficiar, com carinhos perfumados, os leitos dos amigos de seus maridos. (NEVES, 1984, p. 83).

Essa busca por se apresentar e se descrever como alguém diferente, “com atitudes suas”, também aparece ao abordar sua estreia como atriz, de maneira quase “incidental”, ao acompanhar um ensaio da companhia de teatro de seu então companheiro, o ator Procópio Ferreira (1898-1979). A própria narrativa do episódio contém certa dose de dramaticidade, com o intuito de torná-la especial.

A cena foi arrumada, todos sentaram-se (sic) na plateia, as luzes do palco acesas, e, na ‘coxia’, sem saber por que, antes de entrar fiz o sinal da cruz, como o hábito de certos artistas.  
Entrei, repeti a leitura, palmas e mais palmas.  
Havia nascido uma estrela de teatro.  
Talvez não fosse um gênio, mas mudaria a feição do teatro no país, a partir daquele momento. Era uma artista diferente, com personalidade própria, com atitudes suas e uma grande capacidade interpretativa.  
De uma brincadeira, nascera uma ‘estrela’! (NEVES, 1984, p. 83).

A mineira Maria da Conceição da Costa Neves, nascida em Juiz de Fora, em 1908, iniciou sua vida pública como atriz, aos 21 anos, na Companhia de Teatro Procópio Ferreira, com o nome artístico de Regina Maura. A carreira artística fora intensa e curta. Viagou pelo país, atuando como estrela da companhia de teatro e, no carnaval de 1934, foi eleita “Rainha das Atrizes”. Após uma série de desentendimentos pessoais com Procópio Ferreira, além da frustração com relação à maternidade<sup>2</sup>, deixaria a carreira artística. Mais uma vez, teceria suas impressões sobre o preconceito dirigido às mulheres que se dedicam à carreira artística, bem como a sociedade de então.

Num país de subnutridos físicos, morais e intelectuais, o fato de uma mulher ser atriz não pode ser nada recomendável. Bem ao contrário. De moral

bamba, certas sociedades preferem, na sua burguesia de arrotos, que as mulheres não tenham independência intelectual. [...]

Essas sociedades repudiam aqueles que não vivem dentro do que elas deliberaram chamar - seus preconceitos. Só os que estão fora dessa linha divisória são repudiados. (NEVES, 1984, p. 102).

Em 1938, casou-se com o médico Matheus Galdi Santamaria, de quem se divorciaria em 1955. Envolveu-se em atividades assistenciais na Cruz Vermelha de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial, da qual foi diretora entre 1943 e 1945. A partir de seu envolvimento com a entidade, teve contatos com as dificuldades enfrentadas pelos hansenianos nos leprosários paulistas e fundou e presidiu, no mesmo período, a Associação Paulista de Assistência ao Doente da Lepra. Fez sérias e reiteradas denúncias ao modelo paulista de profilaxia da lepra, tornando-se, em pouco tempo, um incômodo ao próprio governo. Afinal, as denúncias foram feitas depois de atender a uma solicitação do interventor do estado para verificar as condições dos leprosários paulistas. Em meio a tantas mudanças em sua vida, Conceição Santamaria se veria, novamente, criticada não só pela sua postura, mas sobretudo, pelo seu passado.

### **De Regina Maura à Deputada Santamaria**

Eleita, em 1947, como a primeira deputada estadual paulista, foi a terceira mais votada entre 75 deputados, e a única mulher eleita para a Constituinte Paulista. Suas denúncias resultaram na primeira *Comissão Parlamentar de Inquérito* realizada no Legislativo de São Paulo. Durante sua primeira legislatura (1947 a 1951), fez parte de duas comissões permanentes (de *Saúde Pública e Higiene* e de *Educação e Cultura*) e apresentou projetos de lei para garantir direitos aos hansenianos. No mandato seguinte, teria ao menos duas leis aprovadas com a mesma finalidade. Entre seus projetos destacam-se a concessão de preferência aos filhos de internos em sanatórios de lepra para matrícula nos estabelecimentos oficiais de ensino (nº 1.174 de 1953) e a pensão vitalícia aos egressos dos sanatórios (nº 841 de 1954).

Embora fosse conhecida pela militância em prol dos hansenianos, e tivesse sua carreira política diretamente vinculada a esta questão, Conceição da Costa Neves<sup>3</sup> (à época, casada com o médico Matheus Galdi Santamaria) não era bem vista por parte da imprensa paulista<sup>4</sup>. Como não obtivesse a repercussão esperada sobre suas denúncias, a então presidente da Cruz Vermelha, em São Paulo, buscou o apoio de Floriano de Lemos<sup>5</sup>. Em 17 de junho de 1945, publicou em sua coluna *Crônicas Científicas*, a seguinte notícia:

O caso, em suma, é o seguinte:

A sra. Conceição Neves Santamaria, da Cruz Vermelha de São Paulo, tendo sido solicitada pelo interventor Fernando Costa, para ‘ver e ouvir’ os doentes recolhidos aos leprosários daquele Estado e a seguir, apresentarlhe o resultado da sua visita a esses asilos-colônia, desobrigou-se do compromisso com um relatório que começa com estas palavras textuais:

– É preciso, sr. Dr. Fernando Costa, que V. Exa. ponha um paradeiro às atrocidades e misérias impostas aos leprosos do Estado de São Paulo, isto por um dever de humanidade e também como defesa do bom nome de um Estado apontado como um exemplo no seio da União. (LEMOS, 1945, p. 2).

O jornalista já criticava as medidas adotadas em São Paulo, desde a década anterior, em suas crônicas publicadas no jornal *Correio da Manhã*. O silêncio de parte da imprensa paulista, tinha, no entanto, sua razão de ser. O estado de São Paulo tentava, desde a década de 1930, conter uma epidemia de lepra por meio de uma política de internação obrigatória de todos os portadores da doença. Foi criada então, uma rede de cinco asilos-colônia<sup>6</sup> para receber estas pessoas, vindas de diversas localidades de São Paulo, ou de estados vizinhos. Administrada pelo *Departamento de Profilaxia da Lepra* (DPL), com sede na cidade de São Paulo, esta estrutura serviu de modelo para outros estados e ficou conhecida como “modelo paulista”<sup>7</sup> (MONTEIRO, 1995).

Com a premissa de que o transmissor da doença era o *doente*, a ideia de separá-lo da comunidade tomou força. Para implantar esta estrutura de *exclusão social*, foi preciso respaldo político e de setores da sociedade civil para obter recursos financeiros. Havia, também, a necessidade, por parte do governo estadual, de elaborar um discurso para atenuar a má impressão causada pelo isolamento compulsório. O jornal *O Estado de S. Paulo* teria, então, um papel fundamental, não só para ajudar a consolidar esse discurso, mas de também *deslegitimar* quaisquer questionamentos sobre o modelo paulista.

A partir desta conjuntura, será analisado o discurso construído pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre Conceição Santamaria, por meio da análise de textos jornalísticos publicados sobre a deputada, de 1945 a 1954, além dos elementos biográficos apresentados anteriormente. Este recorte temporal compreende dois períodos: o primeiro como presidente da Cruz Vermelha e o segundo, que contempla suas duas primeiras legislaturas, de 1947 a 1951 e de 1951 a 1955<sup>8</sup>. Para esta análise, serão consideradas as discussões sobre a imprensa, com base nas reflexões de Tânia Regina de Luca (2005).

Entre outros aspectos apontados pela historiadora, está a escolha do que vai ser notícia, seu ordenamento e estrutura narrativa, determinados por uma linha editorial, definida pelo conselho editorial, até chegar ao seu público. Estas narrativas contêm em si, não só aspectos sobre sua época de produção, como o uso de determinado vocabulário, mas também aspectos sociais, como o(s) grupo(s) que o emprega(m) e dele faz(em) diferentes usos, como aponta Rosalind Gill (2011). São formas de expressão sobre um

modo de ver o mundo, organizar ideias, valores, crenças que fazem do discurso uma prática social.

Trata-se, portanto, de uma *construção* do acontecimento que pode ser analisada por meio da análise do discurso (PÊCHEUX, 2008). Assim, será possível problematizar “[...] a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento [...]” (LUCA, 2005, p. 139). Deste modo, considera-se que todo discurso, sobretudo o jornalístico, é provido de ideologia e de interesses provenientes da mentalidade de um grupo e de uma época, uma vez que a escolha das pautas, a maneira como são apresentadas, editadas e diagramadas, já definem, por si, um direcionamento em sua linha editorial. Neste sentido, é fundamental compreender que as empresas de comunicação, que visam ao *lucro*, atuam também no *plano simbólico*, em que disputas entre as mais diversas ideologias têm lugar (BOURDIEU, 1998). Ou seja, o discurso jornalístico é provido de uma intenção e finalidade, com interesses e mentalidades específicos, voltados para um público determinado e, no meio dessa disputa simbólica, buscam por mais leitores.

De Luca chama a atenção para outras questões, relacionadas às especificidades do jornal, tais como: Qual o destaque dado ao tema, onde é veiculado, qual o seu tamanho, ou ainda em que sessão foi publicado: páginas policiais, ou suplementos de domingo? Página inteira, ou uma nota discreta? O assunto é retomado no dia seguinte, ou não? Para este estudo, por exemplo, considera-se a abordagem das notícias publicadas sobre Conceição Santamaria, desde sua atuação como membro da Cruz Vermelha em São Paulo, desde meados da década de 1940, até 1954, um ano antes do fim de sua segunda legislatura como deputada estadual. Assim, o discurso empregado, ou seja, a narrativa construída pelo jornal indica um posicionamento sobre o tema, que está longe de ser neutro. Além desses elementos, o contexto dos acontecimentos também é determinante, não só na escolha das pautas, mas também no que diz respeito à sua abordagem editorial. Estas questões, entre outras, oferecem elementos para observar a importância dada ao fato noticiado, não só com base no texto, mas também em seus aspectos visuais, como a diagramação, por exemplo. Ou seja, os discursos adquirem significados por meio de diferentes recursos – textuais (abordagem e linguagem) ou tipográficos (diagramação, fotografias e ilustrações) –, a partir dos assuntos de interesse do público leitor (LUCA, 2005).

Depois do período de censura e de intervenção do Estado na imprensa brasileira durante o Estado Novo, um novo cenário se definiu. O fim do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1945, e do seu substituto, o DNI (Departamento Nacional de Informação), no ano seguinte, sinalizavam para a redemocratização. A Constituição de 1946 também apontava para a volta do estado de direito e, com ele, a liberdade de imprensa no Brasil. As empresas de comunicação deixariam de ser artesanais, “literárias” (SODRÉ,

1999), para se tornarem de grande porte, investindo em maquinário, equipamento e projetos gráficos inovadores (MARTINS; LUCA, 2006).

Para aumentar a receita, abriram mais espaço para a publicidade, especialmente de anunciantes americanos, aproximando-se de uma “escola” americana de jornalismo. Esta influência seria visível desde a organização das redações, na diagramação e redação do texto, adotando novas técnicas para apresentar e organizar as informações. No entanto, apesar dos ares democráticos, a censura ainda se fazia notar e teria alguns dispositivos para continuar agindo, por meio da *Lei de Imprensa*, sancionada em 1953<sup>9</sup>.

Ao abordar a lepra<sup>10</sup> como pauta, *O Estado de S. Paulo* privilegiava as doações e registros de visitas aos asilos-colônia, em detrimento às denúncias sobre as condições dos leprosários. Entre 1945 e 1947, particularmente, houve denúncias e críticas severas às condições precárias dos leprosários no estado de São Paulo, entre as quais doze delas foram registradas em 1945, seis em 1946 e duas no ano seguinte. A única ocasião em que o jornal se pronunciou a respeito das denúncias do jornal carioca foi em 28 de julho de 1945<sup>11</sup>, ao publicar uma entrevista com o então diretor do *Departamento de Profilaxia da Lepra*, Sales Gomes, que negou, reiteradamente, as suspeitas de maus tratos e ingerência administrativa nos leprosários<sup>12</sup>. A situação se agravaria, culminando no pedido de demissão do Diretor do DPL, em sete de setembro daquele ano (*Correio da Manhã*, 7 set. 1945, p. 3). Somente em novembro de 1951, *O Estado de S. Paulo* (8 nov. 1951; 6 nov. 1951) abordou a precariedade das condições dos leprosários paulistas, em especial Cocais e Aimorés.

Para ressaltar esses aspectos (visitas e doações), foi criado um espaço específico para campanhas de arrecadação de donativos, sob o título de *Em favor dos hansenianos*. No entanto, foram computadas apenas seis ocorrências com o título, quatro delas em 1947, uma de 1949 e a outra em 1951. Na sessão *Notícias do interior*, contudo, foram registradas sessenta e três doações no mesmo período, que não eram diretamente vinculadas às campanhas. Nesta sessão também eram divulgadas as visitas, as altas médicas (a partir do final dos anos 40), bem como as intervenções do governo. Embora o material analisado para este artigo perpassasse um período de transição entre o fim do Estado Novo e o período democrático posterior, o jornal *O Estado de S. Paulo* pouco mudaria o discurso “institucional” sobre o que se denominava “a questão da lepra”. Antes, criticava-se quem não aprovasse o modelo paulista. Alegava-se que alguns de seus defensores usavam “a causa” para fins eleitoreiros, ou para se promover:

São muito frequentes os ‘beneméritos’ que se apresentam como defensores dos hansenianos. Mas, cedo ou tarde, aparecem os verdadeiros intuitos dessa benemerência, quase sempre limitados aos interesses pessoais e

sem nenhum reflexo no benefício da coletividade doente do Mal de Hansen. (A ORGANIZAÇÃO... 1945, p. 5).

Com esta nova conjuntura, pós Estado Novo, buscava-se legitimar, por meio do jornal, as medidas adotadas pelo governo paulista com relação aos doentes de lepra, bem como de suas instituições de tratamento. Fazia parte deste mecanismo de legitimação desvalorizar, ridicularizar ou desestabilizar quem a ele se opusesse ou criticasse. E, por esta razão, o periódico paulista exploraria aspectos biográficos de Conceição Santamaria, com base em determinados valores morais vigentes, com o intuito de desmoralizá-la perante a opinião pública.

### **“Fazendo cartaz com a desgraça alheia”**

Ainda que Santamaria ressaltasse sua honestidade como elemento de distinção para descrever e valorizar sua trajetória biográfica, para o jornal *O Estado de S. Paulo* teria outra finalidade. A existência de Regina Maura, seu nome artístico, seria um artifício para desmoralizar não só as denúncias, mas também suas ações em prol dos hansenianos:

A campanha iniciada há cerca de dois anos por d. Conceição das Neves Santamaria, outrora Regina Maura, e anteriormente a das Neves de Juiz de Fora, já chegou estar vitoriosa. Prometendo aos doentes livrá-los do isolamento em leprosários, Conceição levantou-se contra o Departamento de Lepra, atemorizando o próprio governo do Estado. Acreditou-se ingenuamente, o Dr. Fernando Costa, que Conceição chefiava um movimento de reivindicações dos hansenianos quando ela apenas procurava ‘cartaz’. [...] Por que não havia fundamento em tais queixas, nem era o interesse dos doentes, o seu bem estar, que motivara a campanha – era simplesmente o desejo de Santamaria de aparecer, de ‘fazer cartaz’ para com ele ter ingresso na sociedade paulista. (E ONDE... 1947, p. 12).

O trecho citado foi extraído de uma carta publicada n’*O Estado de S. Paulo*, assinada por Olímpio M. de Moraes, da cidade de Itu<sup>13</sup>, interior de São Paulo. Para (supostamente) dar credibilidade ao relato, contém uma autorização para publicação “em quaisquer jornais do estado, assumindo plena responsabilidade”, com firma reconhecida (*O Estado de S. Paulo*, 1947, p. 12). Também consta a informação de que fora originalmente publicado no jornal paulista *Diário da Noite*, em 6 de janeiro de 1946. O teor das acusações é bastante parecido com um terceiro, publicado no jornal *Correio da Noroeste*, da cidade de Bauru, em 15 de dezembro do mesmo ano. Nele, as acusações sobre o passado de Santamaria se repetem, no entanto, a abordagem é mais agressiva:



Contra o Serviço Paulista de Profilaxia da Lepra sempre apontado, no Brasil e no estrangeiro, como modelar, ergueu-se há cerca de dois anos, violenta campanha iniciada por Conceição das Neves, anos atrás muito conhecida dos rapazes de Juiz de Fora, que é a mesma Regina Maura, de Procópio Ferreira e outros, que depois se tornou senhora (e paulista!) passou a ser d. Conceição Santamaria.  
(O QUE HÁ...1946, p. 2).

Assinada por José Ferreira Vitral<sup>14</sup>, o texto reitera desde o título – *Fazendo cartaz com a desgraça alheia* – a (suposta) má intenção de Costa Neves para com os internos nos leprosários. Além deste, há outros, que dizem respeito à visão que se tinha sobre a atuação das mulheres na sociedade, naquele momento. Evidenciava-se, por meio de seu discurso, que não cabia à mulher participar e atuar no espaço público, ou na política, impunemente.

Com relação aos periódicos, no caso do *Correio da Noroeste*, foi possível notar que havia, não só um alinhamento editorial, mas uma espécie de “filial” no interior do estado. Era frequente o número de matérias e reportagens publicadas originalmente no periódico paulistano serem veiculadas no jornal bauruense e vice-versa. Assim, o discurso criado para a deputada teria um alcance maior, embora a abordagem fosse “abrandada”, para ser veiculado na capital paulista, uma vez que seu público tinha um perfil diferente.

Era preciso que todos os beneméritos amigos dos hansenianos sumissem, para que Maria da Conceição das Neves Santamaria ficasse sozinha no palco, sob o reverbero de todas as luzes – Regina Maura da lepra – a receber as palmas dos admiradores. [...] Os doentes de lepra, aliás, têm isso bem gravado: - o interesse de Conceição Santamaria por eles se manifesta só em discursos, que presentemente terminam invariavelmente suplicando votos para deputado (a mulher agora quer ser deputado!), mas nunca se manifestou por um auxílio material. (COMISSÃO...1947, p. 6.).

Ainda que os autores das cartas não fizessem parte do grupo editorial d’*O Estado de S. Paulo*, o periódico mostrou seu posicionamento a respeito ao abrir espaço para que seu conteúdo fosse veiculado. Nelas, além de suas opiniões e insatisfações com relação à Conceição Santamaria, eram expressos valores relacionados à sociedade, sobretudo ao papel da mulher e, particularmente, no caso da deputada, com relação à sua origem. Não era considerada “digna”, porque tivera uma carreira artística e também por não ser *paulista*, um dos elementos explorados nas cartas de repúdio a ela.

Como as denúncias à rede leprosarial paulista continuassem, outra estratégia seria adotada: desmoralizar sua atuação “maléfica” como deputada (O Estado de S. Paulo, 10 abr. 1947, p. 6). Para reforçar essa ideia, foi divulgado, em diversas ocasiões, que ela sofrera cinco processos por calúnia, difamação e injúria motivadas por suas denúncias. Nas cartas publicadas, ela também foi acusada de desviar dinheiro e donativos provenientes das

campanhas para a compra de remédios, roupas e cobertores para os internos (O Estado de S. Paulo, 10 abr. 1947, p. 6). As instituições criticadas pela deputada também se manifestariam por meio de cartas e abaixo-assinados publicados n’*O Estado de S. Paulo* contra a sua participação na Comissão de Inquérito sobre as condições dos leprosários. Comissão que foi criada e instituída com base nas denúncias feitas por ela.

Com o devido respeito a V. Exa. peço vênias para manifestar o meu profundo desagrado pela inclusão do nome do Deputado Conceição Santamaria na comissão de inquérito dos leprosários e a quem se deve a mais grave crise surgida nesses hospitais, pois sua maléfica atuação tramando a indisciplina entre os doentes e provocando a desorganização dos leprosários a muito custo recolocados na órbita de suas atividades regulares. Veiculando calúnia, proferindo inverdades e associando acusações infundadas, que estão sendo desfeitas, o seu ingresso nos leprosários paulistas será nocivo aos altos interesses do Estado ao bem-estar coletivo, à própria tranquilidade dos internos e à boa marcha dos serviços de profilaxia da moléstia e assistência regular dos enfermos. (COMISSÃO... 1947, p. 6).

Além de ser responsabilizada pela crise e revolta dos, outrora, “pacíficos doentes”, também seria posta em dúvida a finalidade de sua atuação pelos hansenianos internados (O Estado de S. Paulo, 31 jul. 1953, p. 5). Se num primeiro momento, suas acusações eram “infundadas”, com o intuito de “se promover”, posteriormente, questionava-se sua *honestidade* como política.

Durante seu segundo mandato, a deputada foi acusada de corrupção passiva, para a aprovação do projeto de lei nº 336 de 1951, de sua autoria<sup>15</sup>. Para investigar as denúncias, feitas pelo deputado Juvenal Sayon, de que ela e o então presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Asdrubal da Cunha, receberiam “doações com finalidades de ‘assistência aos leprosos’” de outros parlamentares, para aprovar o projeto de Lei, foi instaurado um Inquérito Parlamentar<sup>16</sup>. Com o fim das investigações, decidiu-se pela votação para a cassação do presidente do legislativo paulista e da deputada (O Estado de S. Paulo, 15 jun. 1954, p. 19).

Absolvidos os deputados das acusações, os leitores do periódico paulistano teriam, novamente, espaço para manifestarem seu descontentamento, por meio de notas destinadas à parlamentar. No entanto, não se observou, nas fontes estudadas, o mesmo tipo de reação com relação aos demais deputados envolvidos, nem ao Presidente do Legislativo Paulista, também acusado. Entre aqueles que enviaram manifestações de repúdio e pedidos de renúncia ao cargo, estavam as “mães campineiras<sup>17</sup>” e o *Departamento Feminino do Centro Acadêmico XI de Agosto*<sup>18</sup>, (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo), representado pela sua presidente, Clara Christina Hernandez, que apresenta elementos importantes para análise:

Deputada Conceição Santamaria!

Durante quatro séculos a Mulher Paulista se impôs ao Brasil por exemplo de dignidade e de heroísmo. Em nome desses quatro séculos nos dirigimos a V. Exa.

Sra. Deputada!

Já são de todos conhecidas as negociatas, as imoralidades, as malversações, por que V. Exa. desonra o mandato, a cujas culminâncias de dignidade não soube alçar-se. E a cada dia que passa, mais se confunde V. Exa. na politiquice e nos interesses escusos, e ainda mais levanta-se contra aqueles que, com hombridade, aceitam o encargo de preservar a causa pública. [...] Senhora Deputada! Encerre a vida pública que não soube dignificar. Com o conselho da experiência propiciada por sua existência atribulada e com o pouco de compreensão e de solidariedade humana que acreditamos ainda encontrar lugar na consciência de V. Exa.

DESISTA DA CANDIDATURA QUE EM TÃO MÁ HORA PLEITEOU! Não desmoralize a Mulher Paulista perante o Brasil! (RESPOSTA...1954, p. 15).

Primeiramente, é importante notar a instituição comentada pela autora do texto. Trata-se do centro acadêmico de uma das faculdades mais tradicionais do estado, cujos membros e alunos faziam parte da elite paulistana. Suas ideias, valores e visão de mundo encontram lugar nas páginas d'*O Estado de S. Paulo*, por meio destas notas publicadas. A rejeição à Santamaria não seria, portanto, surpreendente, tendo em vista sua origem e trajetória dentro da política paulista. O fato de ter sido escrito por uma mulher, representando um grupo de mulheres ligadas àquela faculdade, portanto, de parte da elite paulistana, traz uma carga simbólica significativa, no que diz respeito às questões de gênero. Ela indica não só o caráter da rejeição, mas também *de quem a rejeita*: a “honrada” mulher paulista. Não se pretende questionar a inocência ou culpa da deputada sobre as acusações, mas antes, verificar quais foram os elementos empregados para construir um discurso sobre ela.

Quanto ao texto propriamente dito, ao dirigir-se formalmente à deputada, sua autora usara o pronome de tratamento *Vossa Excelência* de maneira protocolar, pois se tratava de um parlamentar, mas que também insinua certa *ironia*. Além disso, emprega como argumento para convencê-la a renunciar, a “histórica” honra da mulher paulista. Ao fazer isso, situa, de maneira clara, uma distinção não só *moral*, mas também *geográfica*, com relação à origem, uma vez que Santamaria era mineira. Assim, o fato de não pertencer ao grupo, seja por “merecimento”, seja por nascimento, já a faria digna de julgamento. No entanto, ao questionar sobre sua honestidade, a nota não fez menção aos outros envolvidos, embora tenha sido publicado, tanto no jornal, quanto no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, seus nomes ao longo do processo de investigação. Além disso, ao mencionar “sua existência atribulada”, novamente, a carreira artística é apontada com algo pejorativo,

ainda que de maneira sutil. Deste modo, ela fora desqualificada não só como *deputada*, mas como uma *mulher capaz de macular a honra* das “mulheres paulistas perante o Brasil. ”

Outro elemento pode ser considerado para melhor compreender a hostilidade que lhe foi dirigida pelo periódico. Ela era getulista e expressara sua simpatia e apoio ao então presidente, em diversas ocasiões (O Estado de S. Paulo, 6 jun. 1954, p. 15), inclusive em sua autobiografia. (NEVES, 1984). O jornal, por sua vez, fazia forte oposição a Vargas naquele momento, e este elemento seria explorado em outra nota, publicada na edição de 29 de agosto de 1954:

Conceição Santamaria telegrafou a uma pessoa ilustre, cuja dignidade não permite que coloquemos seu nome junto ao dessa mulher tão conhecida nas rodas alegres desta cidade, dizendo: “V. exa. Está sentada sobre o túmulo de um brasileiro”.

Pergunto a Conceição:

-Refere-se você ao túmulo de Rubens Vaz<sup>19</sup>?

-Refere-se você ao túmulo do tenente Fournier<sup>20</sup>?

-Refere-se você ao túmulo de centenas de torturados pelo Estado Novo?

-Refere-se você ao túmulo da sra. Olga Prestes<sup>21</sup>?

-Refere-se você ao túmulo de 5000 voluntários de 32?

Sem respeito algum por sua pessoa, subscrevo-me,  
Jorge Mendonça. (À HIENA. 1954, p. 20).

Por meio deste subterfúgio, o jornal se posicionava triplamente: com relação ao apoio da deputada a Getúlio Vargas, ao mencionar pessoas que se opunham a ele; à deputada, ao referir-se a ela de maneira pejorativa, uma vez que o autor da nota a trata por você, embora fosse uma parlamentar; e como mulher, ao ser descrita como “tão conhecida nas rodas alegres da sociedade”. A expressão “rodas alegres<sup>22</sup>” denota depreciação, pois remete à frivolidade, à libertinagem, associada, especialmente, às mulheres que fugiam aos padrões femininos de então. Assim, ainda que de modo diferente das cartas publicadas nos jornais do interior do estado citados anteriormente, o preconceito com relação à honra e à carreira artística foram recursos explorados para depreciá-la.

Por meio do discurso elaborado sobre a deputada Conceição Santamaria, também ficaria claro quais eram os valores caros ao jornal e a seus leitores, assim como quem poderia fazer parte deste grupo de “pessoas honradas”. Seria necessário um determinado comportamento e postura, mas também, uma origem, no caso, paulista.

### **Considerações finais**

Para além das considerações mais específicas abordadas neste artigo, ou seja, a construção de um discurso sobre a deputada Conceição Santamaria baseado em aspectos

de sua vida, outros elementos entraram em cena. Ao descrever de maneira pejorativa sua origem, mas, sobretudo, sua vida pública, seja como atriz seja como parlamentar, fica evidente o posicionamento d'O Estado de S. Paulo e parte de seus leitores com relação ao papel da mulher na sociedade paulista, naquela conjuntura. Ao reproduzir textos publicados em periódicos do interior do Estado, mostra-se a força das relações e das conexões estabelecidas para disseminar seus valores e visões de mundo ao maior número de pessoas. Principalmente para defender um discurso construído para valorizar e legitimar uma estrutura “modelar”, que se mostraria, posteriormente, ineficaz.

A estratégia de desmoralizar as ações de Conceição Santamaria fora articulada por meio de dois fatores, em momentos distintos, mas que não foram excludentes. No primeiro momento, contempla a desvalorização de aspectos biográficos, no caso, a carreira artística, para enfraquecer seu discurso, retratando-a como alguém que desejava “obter cartaz” e aceitação por parte da sociedade paulistana, por meio de ações assistenciais. No segundo, aparecem o questionamento sobre sua honestidade, as acusações de desvio de doações e de corrupção passiva, esta última investigada pela Comissão de Inquérito instaurada em 1953.

Também foram considerados alguns elementos do discurso presentes na escrita de si elaborada por ela, em sua autobiografia. Ao sobrepor a conjuntura apresentada nos jornais para esta narrativa, foi possível perceber que só se compreende esta, quando articulada àquela. A necessidade de valorizar sua trajetória, usando a honestidade como distinção, a recorrente necessidade de abordar o machismo e a singularidade de sua personalidade, reforçam a tentativa de desvincular-se das acusações que sofreu, bem como de práticas e valores com os quais vivia em confronto.

No que diz respeito às fontes analisadas, buscou-se contemplar, tanto nos periódicos quanto na autobiografia de Conceição Santamaria, elementos que se complementam, propiciando maior aprofundamento da análise proposta. Se nos periódicos pode-se observar a conjuntura vivida e, até mesmo, uma representação sobre os indivíduos (sejam eles criticados, elogiados, até mesmo, ignorados), na escrita de si podem ser alcançadas a representação do indivíduo sobre esta conjuntura, seus valores e práticas, e, sobretudo, de si mesmo. Não se trata apenas de considerar um e outro como “cenário e personagem”, mas como elementos que atuam, influenciam e interferem sobre o outro, em maior ou menor intensidade, ainda que por oposição, ou negação. Analisados em conjunto, fornecem subsídios importantes para a compreensão de aspectos de gênero, das sociabilidades, ou das disputas simbólicas presentes nestes e em outros âmbitos, em diferentes relações sociais, seja entre indivíduos, seja entre diferentes grupos sociais, como mencionado inicialmente, neste artigo.

**NOTAS**

1 Apesar de ter sido apresentado como o primeiro volume de uma trilogia, não há registros da publicação dos demais, tendo em vista que este fora publicado em 1984, cinco anos antes de sua morte. Além da autobiografia, também escreveu dois livros de poemas: *Na esquina do mundo* (1970) e *Na praça da vida* (1976). NEVES, Conceição da Costa. *Rua Sem fim – Autobiografia*. São Paulo: Ed. das Américas, 1984.

2 Conceição Costa Neves menciona, em vários trechos de sua autobiografia, sua frustração com relação à maternidade. Teve três filhos, frutos de seu primeiro casamento, ainda em Juiz de Fora. As crianças morreram em circunstâncias distintas, ainda muito pequenas. O primeiro morreu algumas horas depois do parto; o segundo, Jarbas, faleceu com um ano, de um “mal súbito”. A terceira, Sônia, morreu aos cinco anos, em decorrência de complicações de uma cirurgia nas amígdalas. Não teve filhos em seu segundo casamento (NEVES, 1984).

3 No contexto deste trabalho será empregado o sobrenome adotado pela deputada ao longo de sua carreira política: Conceição Santamaria. N.A.

4 Embora houvesse registros de denúncias e seus desdobramentos em outros veículos de imprensa, como no *Jornal de Notícias* (10/3/1947) e no *Diário da Noite* (6/11/1946), por exemplo, *O Estado de S. Paulo*, jornal de maior prestígio e tiragem naquele período, detinha-se em depreciar e deslegitimar as denúncias da deputada.

5 Floriano de Lemos (1885-1968) nasceu no Rio de Janeiro, onde formou-se em Medicina em 1908, mas já atuava na redação do jornal *Correio da Manhã* desde 1906. A coluna *Crônicas Científicas*, que inicialmente chamava-se *Boletim Científico*, passaria a ser publicada, aos domingos, a partir de 1938 até sua morte, cinquenta anos mais tarde. Nela, o médico jornalista fazia severas críticas ao modelo de profilaxia da lepra adotado em São Paulo, tonando-se interlocutor de Conceição Santamaria em suas denúncias, especialmente entre 1945 e 1946.

6 Os asilos-colônia são: Asilo-colônia Aimorés, na cidade de Bauru, Asilo-colônia Cocais, na cidade de Casa Branca, Asilo-colônia Padre Bento em Guarulhos, Asilo-colônia Pirapitingui em Itu e Asilo-colônia Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes. N.A.

7 O modelo consistia na sistematização de três procedimentos: o aviso compulsório no caso de contágio de doenças infectocontagiosas; a internação obrigatória dos doentes e o encaminhamento de seus filhos, doentes ou não, aos chamados preventórios. De acordo com o Decreto nº 5.156, de 8/3/1904, as doenças que deveriam ser notificadas eram, além da hanseníase: peste, febre amarela, cólera, varíola, difteria, infecção puerperal, tifo, febre tifoide, tuberculose, impaludismo, escarlatina e beribéri. BRASIL. Decreto Federal nº 5.156 de 8 de março de 1904. Código Sanitário, Regulamento dos serviços Sanitários a cargo da União, da Diretoria Federal de Saúde Pública. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <http://senado.gov.br/sf/legislação>. Acesso em: 17 nov. 2010.

8 Em sua segunda legislatura, foi presidente da Comissão Permanente de Redação e membro efetivo das comissões de Saúde Pública e Higiene e de Finanças, além de membro suplente em quatro comissões. Ela se reelegeria, ainda, para dois outros mandatos: de 1955 a 1959 e de 1959 a 1963, ambos pelo PDS. Em 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos, por causa da ditadura militar. Disponível em: [www.al.sp.gov.br/noticia/?id=291251](http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=291251). Acesso em: 20 fev. 2015.

9 Lei da Liberdade de Imprensa - Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953. Em seu primeiro parágrafo, a lei regulamenta a censura nos casos de periódicos clandestinos (isto é, sem editores, diretores ou redatores conhecidos), ou quando atentarem contra a moral e os bons costumes. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/12140931/paragrafo-1-artigo-1-da-lei-n-2083-de-12-de-novembro-de-1953>. Acesso em: 2 out. 2014.

10 Para esta análise foi estudado um conjunto de 100 textos jornalísticos (matérias, pequenas notas e reportagens sobre o tema) publicados no *O Estado de S. Paulo*, separados pelos seguintes critérios: doações, institucional, denúncias, visitas e outros. No contexto deste artigo, nos deteremos ao estudo das denúncias e doações.

11 *CORREIO DA MANHÃ*. 29 de julho de 1945, p. 5. A organização dos leprosários paulistas: entrevista com dr. Sales Gomes sobre importante problema. A entrevista fora publicada no dia anterior no jornal paulista e teve réplica do colunista Floriano de Lemos em 5 de agosto do mesmo ano.

12 O jornal *Correio da Manhã* transcreveu a entrevista e, em 5 de agosto daquele ano, Floriano de Lemos insinuou que o jornal paulista em questão fora pago para fazê-la, tendo em vista o tom “ameno” adotado.

13 Cidade onde se localizava o Sanatório de Pirapitingui.

14 José Ferreira Vitral era interno de um dos asilos-colônia. Embora não seja possível afirmar em qual dos leprosários estaria internado, há registros de que fora visitar seu amigo, Pedro Baptista, no asilo-colônia de Pirapitingui, na cidade de Itu. Estes dados fazem parte da pesquisa realizada por Andréa Baptista Freitas Braga, que resultou em uma dissertação. Ver: BRAGA, Andrea Baptista Freitas. “O que tem que ser tem força”: narrativa sobre a doença e a internação de Pedro Baptista, leproso, meu avô (1933-1955). Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, 2006, 198f.

15 A denúncia dizia respeito a um “esquema” de arrecadação de fundos para a aprovação da lei 336 de 1951, que favoreceria 146 funcionários, fiscais de renda. Durante os depoimentos para investigação, vários deputados envolvidos declararam tratar-se, na verdade, de um fundo de doação para assistência aos leprosos, como “retribuição ao apoio da deputada Conceição Santamaria”. No entanto, os pagamentos, cujo valor total arrecadado foi de Cr\$ 1.500.000,00 (para termos de comparação, o salário mínimo na cidade de São Paulo, na época, era de Cr\$1.190,00 - Decreto nº 30.342, de 24 dezembro de 1951 - DOU de 26/12/1951). As “doações” foram encaminhadas ao deputado Asdrubal Cunha, presidente da Assistência Legislativa, que negou o caráter assistencial e afirmou que se tratava de compra e venda de projetos de lei. Como o projeto foi vetado pelo então governador, Lucas Nogueira Garcez, o dinheiro foi devolvido, mas como já se havia configurado o crime de corrupção, a CPI foi instaurada. (N.A.)

16 O Inquérito parlamentar foi instaurado por causa da aprovação do Requerimento nº 431 de 1953, feito pelo Deputado Cid Franco, para dar início às investigações. DIÁRIO OFICIAL. São Paulo, 4 de junho de 1954, p. 1.

17 O ESTADO DE S. PAULO. Seção livre: das estudantes à deputada do PTB. São Paulo, 7 de setembro de 1954, p. 26.

18 O ESTADO DE S. PAULO. Resposta da mulher campineira. São Paulo, 4 de setembro de 1954, p. 4.

19 Major da Força Aérea Brasileira, morto em 1954, durante o episódio conhecido como “Atentado da Rua Toneleiros”. Os tiros que mataram o militar, segundo as investigações da época, eram direcionados ao jornalista carioca Carlos Lacerda, opositor de Getúlio Vargas.

20 Tenente Severo Fournier (1908-1946), próximo de Luiz Carlos Prestes, que participou de um atentado contra Getúlio Vargas, em 1938, que resultou em sua prisão.

21 Olga Benário (1908-1942), mulher de Luís Carlos Prestes, foi entregue por Getúlio Vargas a Adolph Hitler, apesar da garantia constitucional de que não poderia ser deportada do país, por estar grávida de um brasileiro. A militante comunista foi deportada para a Alemanha e entregue à Gestapo, em 1942, sendo executada em seguida.

22 O dicionário Houaiss apresenta os seguintes significados para o verbete alegre: “Uso pejorativo. Algo licencioso, algo libertino. Ex: mulher de vida alegre”. ALEGRE. In: HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Dicionário Eletrônico.

**Recebido em: 31/03/2015**

**Aprovado em: 01/09/2015**

## **FONTES**

*Diário Oficial*. São Paulo, 4 de junho de 1954.

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16 junho de 1945.

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1945.

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 7 de setembro de 1945.

*Correio da Noroeste*, Bauru, 15 de dezembro de 1946

*O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 8 de janeiro de 1947

*O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 10 de abril de 1947.

*O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 31 de julho de 1953.

*O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 15 de junho de 1954.

*O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 29 de agosto de 1954.

*O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 4 de setembro de 1954.

*O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 8 de novembro de 1951.

*O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 6 de novembro de 1951.

*O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 7 de setembro de 1954.

## REFERÊNCIAS:

À HIENA. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 ago. 1954, p. 20.

A PROFILAXIA da lepra em São Paulo: visita ao Sanatório Cocais. *O Estado de S. Paulo*, 8 nov. 1951.

ALEGRE. In: HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Dicionário Eletrônico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Conceição da Costa Neves*. Disponível em: [www.al.sp.gov.br/noticia/?id=291251](http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=291251). Acesso em: 20 fev. 2015.

BORDIEU. Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1998.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 3ª ed. 2000, pp. 183 – 191.

BRAGA, Andrea Baptista Freitas. “O que tem que ser tem força”: narrativa sobre a doença e a internação de Pedro Baptista, leproso, meu avô (1933 – 1955). 2006. 198f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, 2006.



BRASIL. Decreto Federal nº 5.156 de 8 de março de 1904. Código Sanitário, Regulamento dos serviços Sanitários a cargo da União, da Diretoria Federal de Saúde Pública. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <http://senado.gov.br/sf/legislação>. Acesso em: 17 nov. 2010.

COMISSÃO de Inquérito nos leprosários. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 abr. 1947, p. 6.

A ORGANIZAÇÃO dos leprosários paulistas: entrevista com dr. Sales Gomes sobre importante problema. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 jul. 1945, p. 5.

DEMISSÃO do diretor da lepra. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 7 set. 1945, p. 3.

CORREIO DA NOROESTE, Bauru, 15 dez. 1946, p. 2.

O QUE HÁ de verdade no caso dos leprosários – fazendo cartaz com a desgraça alheia. *Correio da Noroeste*. Bauru, 15 dez. 1946, p. 2.

DIÁRIO OFICIAL. Inquérito Parlamentar instaurado por força da aprovação do Requerimento nº 431, de 1953. São Paulo, 4 jun. 1954, p. 1.

E ONDE estão os donativos? *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 jan. 1947, p. 12.

EXPLORAÇÃO de hansenianos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 jul. 1953, p. 5.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2011, p. 244-270.

IMPrensa do Interior. *O Estado de S. Paulo*, 6 nov. 1951. Notícias do Interior.

LEI DA LIBERDADE de Imprensa - Lei 2.083/53. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/12140931/paragrafo-1-artigo-1-da-lei-n-2083-de-12-de-novembro-de-1953>. Acesso em: 2 out. 2014.

LEMOS, Floriano. Crônica Científica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1945, p. 2.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 3ª ed. 2000, p. 167-182.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi, LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, T. R de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MONTEIRO, Yara Nogueira. *Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*. 1995. 465 f. Tese (Doutorado em História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

NEVES, Conceição da Costa. *Rua Sem fim – Autobiografia*. São Paulo: Ed. das Américas, 1984.

O ESCÂNDALO que resultou na proposta de cassação do mandato de parlamentares. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 1954, p. 19.

O ESTADO de S. Paulo. *Sem título*, 16 jun. 1953, p. 8.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5.ed. Campinas. Fontes Editores, 2008.

RESPOSTA da mulher campineira. São Paulo, 4 set.1954, p. 4.

SCHWARCZ, LÍLIA Moritz. Biografia como gênero e problema. *História Social*, Campinas, SP, n. 25, p. 52-73, jan/jun. 2013.

SEÇÃO LIVRE: das estudantes à deputada do PTB. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 set. 1954, p. 26.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.